

# ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: aspectos da produção, comercialização e nível de renda

Por Solimar Oliveira Lima\*, Gil Alves Cabral\*\*,  
Jhennyson Robert Ribeiro dos Santos\*\*\* e Maria Jessyca Barros Soares\*\*\*\*

## 1. Introdução

O trabalho produtivo tem se fragilizado consideravelmente com o avanço da acumulação capitalista nos países centrais e em áreas mais dinâmicas de algumas economias periféricas fortemente vinculadas a divisão internacional do trabalho. Contemporaneamente, nessas economias, acentua-se a histórica perda de postos de trabalho frente as crescentes novas tecnologias que faz aumentar o desemprego estrutural. A esse processo se associa a crescente redução de investimentos produtivos em face da financeirização da economia que sobrepõe a especulação à base real da economia gerando - e prolongando - a crise atual do capitalismo. (ANTUNES, 2010; DIERCKXSEN et al, 2010)

Uma alternativa à manutenção da acumulação dessas áreas tem sido o gradual deslocamento dos investimentos produtivos para outras regiões, aproveitando-se as condições extremamente favoráveis como a existência de abundante mão de obra e reduzidos níveis salariais. No Brasil, a partir do capital concentrado no centro-sul, cresce a ampliação desse redirecionamento de investimentos produtivos para economias regionais. Nesse contexto, no caso específico do Piauí, potencializa-se a tendência de continuidade da expansão autônoma dos investimentos em cadeias produtivas com baixos custos de produção notadamente na zona rural e o controle da produção de grãos e de produções diversas no setor primário com valor no mercado internacional.

Por outro lado, nesse movimento de deslocamento de investimentos, a consolidação, no Piauí, do setor improdutivo parece incontestável. Neste campo, deverá crescer ainda mais - e com maior diversificação - o comércio e os serviços. A proliferação, em especial, de grandes grupos comerciais na capital - Teresina - é um indicativo da vitalidade desta tendência que prioriza o consumo como forma secular de transferência de

riqueza. Assim, torna-se cada vez mais consistente no setor improdutivo - embora apareça socialmente como gerador de riqueza apenas por gerar lucros - a acumulação do capital local fortemente concentrado em poucos ramos.

O crescimento da economia piauiense, ainda é inconsistente para romper com a fragilidade da base econômica, especialmente no que respeita a sua capacidade de geração de trabalho e renda. Embora se amplie o número de assalariados, na cidade e no campo, cresce também a quantidade de pessoas no mercado de trabalho. Diante da necessidade de ampliação de consumidores forjam-se então alternativas para a ocupação e geração de renda da classe trabalhadora. Uma delas, seguindo a tendência mundial, é a produção direta independente. Contudo, a produção independente permite aos trabalhadores uma autonomia frente as relações sociais predominantes, que se baseiam na propriedade exclusiva pelo capital dos meios de produção. Os produtores, em geral pequenos, passam a ter, diretamente, a propriedade dos instrumentos de trabalho e dos resultados do trabalho, a produção; bem como passam a relativamente controlar o processo de comercialização determinando preços e gerenciando renda. Historicamente, a existência desta produção independente, absorvendo predominantemente a mão de obra, constituiu momentos de transição para outras formas de organização social.

O desemprego, a precarização das relações de trabalho e o processo de terceirização da produção têm fabricado cada vez mais trabalhadores inseridos neste contexto. Uma possibilidade resulta nos chamados empreendedores, individuais ou empregadores. Investimentos em mídia, treinamentos e incentivos fiscais e financeiros, motivam e multiplicam os pequenos negócios. Fundam-se no idealismo e individualismo como alternativa de melhoria de vida, fortalecendo a

ideologia dominante do sucesso e mobilidade social para o mundo da pequena burguesia. Esta pequena produção em nada incomoda o capitalismo, pelo contrário, continua a fortalecer, pela concorrência, o processo de apropriação do trabalho, ainda que o produtor não seja mais assalariado. Esta experiência reafirma um caráter conservador da produção direta independente. (LIMA, 2010)

Outra possibilidade é a solidariedade. A contaposição à hegemonia dominante a partir da solidariedade parece ganhar sentido de superação da ordem quando assumida como mecanismo estratégico de trabalhadoras e trabalhadores no enfrentamento do poder que as/os submetem socialmente. A face transgressora da solidariedade seria uma possibilidade, por exemplo, para, além da submissão cordial, as transformações no mundo do trabalho. O avanço no caráter transgressor da solidariedade apontaria para uma ruptura com o modelo opressor, possibilitando reconstruções de experiências nas relações de trabalho, na organização produtiva e na distribuição de renda. (SINGER, 2002)

Entre as trabalhadoras e trabalhadores, desenvolveu-se uma forma particular de solidariedade que tem sido mais comumente denominada Economia Solidária. Esta economia caracteriza-se, essencialmente, em experiência baseada na cooperação do trabalho, na autogestão da produção e socialização dos resultados entre as trabalhadoras e trabalhadores. A Economia Solidária desde os anos de 1951 a 1970, quando se identificam os quatro primeiros registros de Empreendimentos Econômicos Solidários EES no Piauí, constitui-se uma experiência das trabalhadoras e trabalhadores piauienses. Em 2007 totalizavam 1.472 empreendimentos solidários. (BRASIL, 2011)

Apresenta-se a seguir aspectos da produção, da comercialização e do nível de renda dos EES no Piauí com base no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, realizado no estado nos anos 2005/2007. O sistema identifica e registra informações sobre Economia Solidária no Brasil, tendo como principais objetivos:

(i) Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e

Fomento À Economia Solidária;

(ii) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais;

(iii) Favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos de apoio e adesão da sociedade e (iv) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia. (BRASIL, 2011)

## 2. Produção, comercialização e renda nos EES

Os empreendimentos de Ecosol, segundo o SIES, são caracterizados pela forma coletiva de organização, considerando as organizações supra familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas), onde seus participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, dispoendo ou não de registro legal. Além disso, realizam atividades econômicas de produção, de prestação de serviços, de comercialização, consumo solidário e etc. (BRASIL, 2011).

Segundo o SIES, um EES pode desenvolver diversas atividades coletivamente, tais como: produção, comercialização, uso de equipamentos, uso de infraestrutura, prestação de serviços ou trabalho, aquisição de matéria-prima e insumos, troca de produtos ou serviços, obtenção de clientes ou serviços para os sócios, poupança ou crédito e outros. De acordo com esta base de dados, em 2005 a 2007, a atividade mais realizada de forma coletiva pelos sócios dos empreendimentos é a produção. O trabalho conjunto aproxima ainda mais os sócios, possibilitando o desenvolvimento dos princípios de solidariedade.

No Piauí as atividades produtivas dos EES resultam em uma variedade de produtos e serviços o que caracteriza um processo de elevada diversificação com uma multiplicidade de possibilidades de experiências. Considerando-se portanto as maiores incidências de EES, pode-se apontar que predominam empreendimentos vinculados à produção da agricultura familiar, representando 23,1% do total dos EES; e empreendimentos voltados a fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, com 7,7% do total de EES. No que respeita ao primeiro caso,

destacam-se o cultivo coletivo de feijão (22,2%), o milho (18,8%) e arroz (17,7%). Na produção de artefatos têxteis, são representativos os artigos de cama, mesa e banho (6,5%), tapetes (3%), roupas íntimas (2,1) e redes de tecido (2,1).

No que respeita a matérias-primas ou insumos, 46% dos EES adquirem diretamente em empresas privadas através do sistema de crédito. A aquisição direta de próprios associados de EES representa 28%. Outras possibilidades somam 26% e se originam de doações, aquisição de produtores não sócios e outros. Dentre as matérias primas utilizadas pelos empreendimentos, destacam-se, especialmente pela predominância de produção nos EES, as sementes, os tecidos e aviamentos para costura.

Uma vez produzidos, os bens voltam-se prioritariamente para o mercado consumidor, haja vista ser este o objetivo principal dos EES. Observando-se os dados relativos ao processo de comercialização, constata-se que dos 1.472 empreendimentos, 73,1% comercializam através da venda direta ao consumidor, sendo que 67,3% destes destinam os produtos ao comércio local ou comunitário, especialmente em feiras livres (39,2%). No cotidiano da comercialização, aparecem algumas dificuldades apontadas por um conjunto de EES que constataram possuir problemas no mercado, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1** – Principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços

| Descrição das dificuldades   | EES | %    |
|--|-----|------|
| Falta de capital de giro para vendas a prazo   | 363 | 24,6 |
| O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes | 207 | 14   |
| Preço inadequado dos produtos (baixos)   | 200 | 13,5 |
| Os clientes exigem um prazo para o pagamento   | 197 | 13,3 |
| Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda                                   | 17  | 1,1  |

Fonte: SIES 2005/2007.

A fragilidade no processo de comercialização é sentida sobremaneira pelos pequenos empreendimentos e repercute diretamente no nível de renda dos associados. Na época do levantamento dos dados para o SIES a renda média do trabalhador piauiense era de R\$ 410,00, metade da média da renda do trabalhador nacional registrada no mesmo período, que era de R\$ 922,00. Essa constatação serve como referência para o entendimento do nível de renda auferido

pelos socios nos EES. Vejamos, contudo, inicialmente os dados relativos ao faturamento dos empreendimentos. O SIES revela que do total de 1.472 empreendimentos econômicos solidários, 40,3% informaram faturamento médio mensal igual a R\$ 0,00.

Dos EES que apresentam faturamento diferente de zero (59,7%) constata-se um faturamento médio de R\$ 8.597,49. Considerando os demais empreendimentos que auferem faturamento e estratificando-os por faixas de rendimento mensal, observa-se que 24,17% percebem até R\$ 1.000,00, o que significa um faturamento médio mensal de R\$ 550,75 reais. Na faixa de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00, encontram-se 45,13% EES com o faturamento médio R\$ 2.422,79. Na faixa de R\$ 5.001,00 a 10.000,00 verifica-se 15,35% com faturamento médio de R\$ 7.285,70. Na faixa de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00 observa-se 13,17%. De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00 apresenta-se 0,92%. Na faixa a mais de R\$ 10.000,00, encontra-se 1,26%, com faturamento médio mensal de R\$ 234.862,71.

Em relação à remuneração dos sócios, 48,85% não informaram renda. Contata-se ainda que 4,3% possuem remuneração igual a zero. Os empreendimentos que indicam remuneração (51,15%) apresentam uma diversificada variação de média mensal. Dentro deste grupo estratificando-os por faixa de renda, 34,85% possuem remuneração de até meio salário mínimo, de 2007, sendo a media R\$ 79,73; para 13,25% a remuneração é de meio a um salário mínimo, com media de R\$ 260,74. Com remuneração de um a dois salários mínimos constata-se 2,24% dos EES, sendo a média de R\$ 514,70. De dois a cinco salários mínimos, 0,54% com média R\$ 1.011,32. Maior que cinco salários mínimos 0,27% com média de R\$ 3.436,62. Considerando o total de EES que apresentam renda, constata-se uma media total de R\$ 88,70/mês.

### Considerações finais

A Economia Solidária no Piauí embora, em rigor, não se constitua uma experiencia recente, cresceu em numero de EES nas duas últimas décadas. A ampliação dos estabelecimentos e o fortalecimento dos debates e do movimento social colocaram na agenda publica a necessidade de apoio das politicas publicas para uma economia que se apresenta como uma alternativa a geração de trabalho e renda. Em que pese algumas iniciativas

da União, do estado e de alguns municípios, os empreendimentos encontram sérias dificuldades para consolidar a experiência solidária como estratégia de autonomia do trabalho frente ao capital e em particular para garantir um nível de desempenho econômico que permita a maturação e sustentabilidade dos negócios.

Nesse contexto, os EES enfrentam como principais elementos de desmotivação a falta de cultura da solidariedade, a cultura do desejo do emprego e seus direitos e garantias decorrentes e a conjuntura econômica piauiense aparentemente favorável a expansão do assalariamento. A Economia Solidária no Piauí, a julgar pelos dados referentes ao desempenho dos empreendimentos, pode ser considerada fragil e dependente das relações típicas capitalistas, podendo ser mesmo considerada como complementar ao sistema dominante. Predomina a pequena produção diversificada e, salvo engano pela política pública para o campo e capacidade de organização dos trabalhadores rurais, a produção vinculada a agricultura familiar. A comercialização é centrada no pequeno comércio direto local e é significativa ausência de rendimentos ou de baixos rendimentos de sócios dos EES.

Os dados referentes ao desempenho dos EES parecem indicar um comprometimento da economia solidária como alternativa concreta de geração de renda para as trabalhadoras e trabalhadores que a buscam, predominantemente, como possibilidade de melhoria das condições de vida. Se há, de fato, comprometimento de desejos e necessidades dos sócios, as experiências de Economia Solidária no Piauí parecem indicar que a

permanência nas atividades e a manutenção dos EES deviram de “outros ganhos” diferentes daqueles que originariamente motivam trabalhadoras e trabalhadores para o trabalho solidário. Talvez residam nesses ganhos a explicação para a continuidade dos vínculos solidários ●

#### Referências

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informação Solidária-SIES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 07 jun 2011.
- DIERCKXSEN, W. et al. Século XXI: crise de uma civilização. Fim da História ou começo de uma nova História? Goiânia: CEPEC, 2010.
- LIMA, S. O. Trabalho e Economia Solidária. Informe Econômico, Teresina, a. 11, n.23, p. 27-28, 2010.
- SINGER, P. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

**\*Prof. Dr. do departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Políticas Públicas/UFPI.**

**\*\*Discente do Curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.**

**\*\*\*Discente do Curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.**

**\*\*\*\*Discente do Curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC do Projeto Acompanhamento do Mapeamento de EES-2010/Piauí.**